



Pequim+30: Promovendo a equidade em um mundo em transformação

17º Encontro da Rede Parlamentar
para a Igualdade de Gênero

25 a 26 de setembro de 2025

Brasília, Brasil





Avanços rumo à equidade de gênero e estratégias práticas para manter o progresso

Diálogo de alto nível





Dra. Halimah DeShong

Diretora, Instituto de Estudos de Gênero e Desenvolvimento
Universidade das Índias Ocidentais





Medidas eficazes para combater a violência sexual e de gênero na região da CARICOM

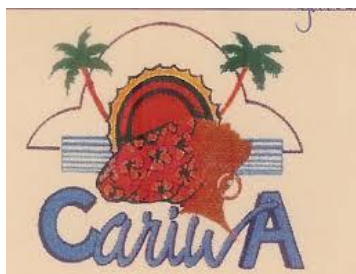
Dr Halimah DeShong

University Director

Institute for Gender & Development Studies

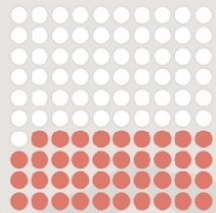
The University of the West Indies, Regional Headquarters

Organização de mulheres/feministas contra a violência sexual e de gênero



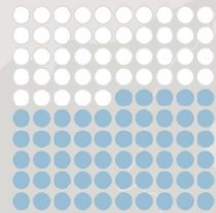
Lifetime prevalence rates among women who have experienced any of the four types of IPV vary by country from 55 per cent in Guyana, 48 per cent in Suriname, 44 per cent in Trinidad and Tobago, and 39 per cent in Grenada and Jamaica.

Grenada



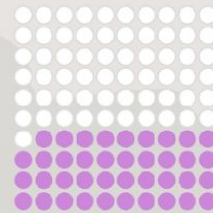
Lifetime: 39%

Guyana



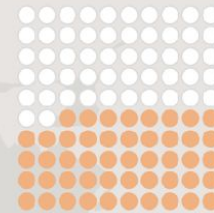
Lifetime: 55%

Jamaica



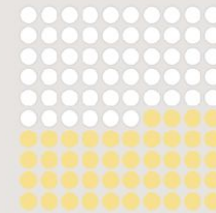
Lifetime: 39%

Suriname



Lifetime: 48%

Trinidad and Tobago



Lifetime: 44%

Prevalence of any kind of IPV



NATIONAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT PLAN 2030

Better. Ever-Stronger. Together



National Climate Change Policy for Grenada, Carriacou and Petite Martinique (2017-2021)

November 2017



GENDER EQUALITY POLICY & ACTION PLAN

2014 - 2024

The National Plan to End Gender-Based Violence: STRATEGIES FOR ACTION



Legislação modelo da CARICOM sobre questões que afetam as mulheres

Entre 1989 e 1991, surgiu no Caribe uma legislação modelo para promover a igualdade de gênero entre os Estados-membros. Nesse sentido, foi criada uma legislação modelo sobre:

- [Ciudadanía](#)
- [Violência doméstica](#)
- [Igualdade para as mulheres no emprego](#)
- [Igualdade salarial](#)
- [Herança](#)
- [Pensão alimentícia e ordens de pensão alimentícia](#)
- [Assédio sexual](#)
- [Crimes sexuais](#)

A partir desses processos, vários países introduziram Leis de Procedimento Sumário contra a Violência Doméstica e, posteriormente, Leis Revisadas contra a Violência Doméstica.

Respostas dos Estados do Caribe

- Organizações feministas e de mulheres, e medidas regionais e estaduais contra a violência de gênero.
- Os governos do Caribe são signatários de tratados e convenções para combater a violência de gênero e, por extensão, a violência doméstica.
- Legislação modelo da CARICOM sobre questões que afetam as mulheres.
- Legislação modelo da OECS sobre violência doméstica.
- Lei sobre violência doméstica e revisão da lei sobre violência doméstica.
- Políticas nacionais de gênero e planos de ação contra a violência de gênero.
- Mudanças na resposta do setor judicial.

Olhando para o futuro

- O que acontece no contexto das crises, sejam elas econômicas, climáticas/ambientais ou sanitárias?
- A violência sexual e de gênero facilitada pela tecnologia e as respostas das ações e marcos legislativos.
- "A formulação de políticas e o desenvolvimento de programas não se baseiam suficientemente em pesquisas e, na maioria dos países, não existe uma abordagem coordenada dos dados administrativos entre os diferentes setores". Relatório Caribbean Spotlight 2020
- Alinhamento intersetorial e melhoria das alianças entre o governo, a sociedade civil e o setor privado
- Liderança política e cooperação a nível interministerial nacional e regional.

Olhando para o futuro

- Abordar as deficiências em matéria de capacidade para incorporar a perspectiva de gênero nos Estados, no setor privado e nas instituições culturais do Caribe.
- Planejamento intersetorial com perspectiva de gênero centrado em:
 - Dimensão de gênero da pobreza
 - Melhorar a participação das mulheres na economia
 - O trabalho não remunerado e os cuidados/a economia dos cuidados como elemento fundamental para o planejamento fiscal
 - As preocupações específicas das pessoas com deficiência, das mulheres migrantes em situação de desvantagem econômica, das mulheres que vivem com HIV e das trabalhadoras domésticas
- The specific concerns of persons with disabilities, economically disadvantaged migrant women, women living with HIV, and domestic workers



Iniciativas parlamentares para promover a equidade e assegurar os avanços alcançados

Painel





Carolina Delgado

Deputada, Costa Rica

Integrante do Conselho do ParlAmericas



A decorative graphic on the left side of the slide consists of a 3x3 grid of squares. The top row has yellow, orange, and red squares. The middle row has red, blue, and orange squares. The bottom row has pink, orange, and yellow squares. The entire slide has a red background.

SISTEMA DE CUIDADOS COSTA RICA

Deputada Carolina Delgado – Costa Rica

25 setembro, 2025

O CUIDADO COMO UM DIREITO

Existe um piso constitucional nos artigos 50 e 51 (bem-estar geral, proteção às famílias, idosos e pessoas com deficiência). O direito explícito à cuidado ainda não está previsto na Constituição, mas foi consolidado um quadro jurídico e de políticas públicas robusto que avança nessa direção.

EVOLUÇÃO DO ORDEM JURÍDICO

Decreto 36.019

Declara de interesse público a criação da REDE NACIONAL DE CUIDADOS E DESENVOLVIMENTO INFANTIL (REDCUDI)

LEI 9325

Obriga a medir o valor econômico do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados (Conta Satélite BCCR)

LEI 10192

Cria o Sistema Nacional de Cuidados e Apoios (SINCA) para pessoas adultas e idosas com dependência.

Projeto de lei 23.348

Reforma Constitucional
Artigos 51 e 56

Projeto de lei 24.231

Dia Nacional do Cuidador e Certificação Técnica

Projeto de lei 23.719

Lei para a Promoção da Economia dos Cuidados e Fortalecimento dos Serviços

Projeto de lei 25.142

Reforma da Lei da Rede Nacional de Cuidados e Desenvolvimento Infantil

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

Decreto 36.916

bases operacionais de REDCUDI

LEI 9220

Cria a REDCUDI como sistema público de cuidados infantis.

Decreto 42.206

Regulamento atualizado da REDCUDI

LEI 9941

Reforça e amplia a REDCUDI

Política Nacional de Cuidados para pessoas idosas, com deficiência ou doenças crônicas.

FUNZIONAMENTO

PANI - CENCINAI

IMAS

FODESAF

DADOS DE INVESTIMENTO

El **4 % de todas as receitas** (ordinárias e extraordinárias) do Fundo de Desenvolvimento Social e Subsídios Familiares (FODESAF) devem ser destinadas **à Rede de Cuidados e Desenvolvimento Infantil (REDCUDI).**

- **Programa Secretaria Técnica da Rede de Cuidados (PANI)**

- Orçamento aprovado para 2025: **€405.434**
- Executado no segundo trimestre de 2025: **€162.350**
- Nível de execução: **40 %**

- **Presupuesto institucional total del PANI (2025)**

- Orçamento aprovado: **€106.689**
- Executado no segundo trimestre: **€41.220**
- Nível de execução: **38,6 %**

- **Subsídio do IMAS ao CECUDI (abril de 2025)**

- Valor por criança: **€131.000 por mês**
- Estimativa da UNICEF (2024) para cobrir os custos reais: **€220.000 por mês**

COSTA RICA: UMA SOCIEDADE QUE ESTÁ ENVELHECENDO

- Em 2024: as pessoas com 65 anos ou mais representam **12,2% da população total da Costa Rica.**
- De acordo com o INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos), em 2024, projeta-se que a população **com mais de 65 anos duplicará nos próximos 20 anos.**
- Projeção: até **2043**, as pessoas com mais de 65 anos chegarão a **17,6% da população total.**
- Em 2024, estima-se que a Costa Rica terá uma **proporção de 65 pessoas com mais de 65 anos para cada 100 menores de 15 anos.**

**O CUIDADO
É VIDA
& DIGNIDADE
BEM-ESTAR**

